Diretor explica atribuições e responsabilidades no Parque de Máquinas

Cristina Vargas

cristina@diariodosudoeste.com.b

A sessão dessa segunda-feira (20), da Câmara Municipal de Pato Branco, que teve a segunda votação e aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 146, de 2021, de autoria dos vereadores Claudemir Zanco (PL) e Marcos Junior Marini (Podemos) – que modifica a Lei nº 258, de 5 de maio de 1977, alterando a denominação do aeroporto de Pato Branco, também contou com a presença do diretor do Departamento de Manutenção de Frota da Prefeitura, Deonilo Milani.

Milani foi convidado pelos vereadores Eduardo Albani Dala Costa (MDB), Romulo Faggion (PSL), Januário Koslinski (PSDB) e Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) para falar sobre as suas atribuições e responsabilidades junto ao Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Pato Branco.

Milani destacou que é na Garagem que se concentra toda a parte operacional da Prefeitura, mas que não é dada a devida importância. "A garagem de qualquer prefeitura é o esteio mestre de uma administração, mas na verdade sempre relegada ao segundo, terceiro ou mais planos. É dali

que saem todas as obras, máquinas. O suporte de uma prefeitura é dado pela Garagem. Não que a minha pasta tenha muita relevância perante as outras, mas se nós não conseguirmos arrumar as máquinas, dar suporte, nenhuma Secretaria funciona, nem a Saúde com as ambulâncias, nem o Meio Ambiente com os caminhões do lixo, nem a Agricultura com as máquinas. Mas infelizmente as leis nos impedem de trabalhar", frisou.

Leis que atrapalham

O diretor revelou que seu ciclo na Prefeitura de Pato Branco está se encerrando por causa das leis. "Fico chateado de dizer isso, porque as leis deveriam nos auxiliar a administrar, e elas nos atrapalham. Quando eu entrei na prefeitura, demorei uma semana para fazer um diagnóstico e repassar para a administração o que a Garagem precisava. Todas as coisas que pedi o prefeito foi favorável e autorizou a fazer. Nada aconteceu, porque as leis não deixam. Tem na Garagem de Pato Branco uma herança maldita de oito, dez anos, que hoje estamos enfrentando, que é uma TAC [Termo de Ajustamento de Condutal do Instituto Água e Terra do Paraná (IAT). Não se pode fazer nada lá, não pode reformar, nem construir, nem comprar. A lei também nos impede de contratar. Me sinto na Garagem como a 'rainha da Inglaterra', tenho autoridade, mas não posso fazer nada", desabafou.

Milani disse que queria construir uma guarita na Garagem, com vigilância 24 horas, para controlar o que entra e o que sai de lá, mas que a lei não permite. Sem isso não se responsabiliza por tudo que acontece lá, apenas responde teoricamente como diretor de manutenção da frota.

Venda de sucatas

Ele foi questionado pelos vereadores sobre a venda de sucatas no Parque de Máquinas da Prefeitura. Milani explicou que quando isso ocorreu não estava presente e não tinha conhecimento, porém foi chamado pela gestão municipal e foi advertido.

Segundo ele a pessoa que realizou a venda não devia ter conhecimento do que fez, que era ilegal, que deve ter agido na boa vontade de limpar o local e acabou fazendo uma coisa errada.

Economia

Milani explicou que responde como diretor de frota e pelos oito funcionários do Departamento, e



Deonilo Milani, diretor do Departamento de Manutenção de Frota da Prefeitura

que cada Secretaria é responsável pelos seus funcionários que atuam junto a Garagem.

Ele afirma sentir orgulho de anunciar que a sua gestão nesses seis meses "foi a melhor dos últimos anos, da história recente de Pato Branco. Economizamos quase R\$ 1 milhão e 200 mil comparado a todos os outros anteriores no primeiro semestre, em relação ao que custou para manter a frota trabalhando".

Questionado sobre como o Departamento conseguiu fazer essa economia, se é porque não pode trabalhar ou se fez a economia de material utilizado, Milani explicou que foi reduzindo gastos, como, por exemplo, a troca de pneus dos veículos antes do tempo previsto do que a lei exige.

Na oportunidade, o diretor ainda sugeriu aos vereadores que pensassem na possibilidade de disponibilizar um cartão corporativo, como um valor determinado, para compras sem licitação, como alternativa para resolver o problema do Departamento, mas foi informado que isso é ilegal.

O vídeo com a participação do convidado no Legislativo está disponível no site do **Diário**.

